

**Rio Parapanema Energia S.A. e
Controlada
Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

Referentes ao Período de Três e Nove Meses findos
em 30 de setembro de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	4
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	16
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	17
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	17
1.1. Contexto operacional.....	17
1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)	17
1.3. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE.....	18
1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas	19
1.5. Despacho Aneel nº 1.146/2018 (FID II).....	19
1.6. Aprovação das demonstrações financeiras	20
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
2.1. Base de preparação	20
2.2. Consolidação	20
2.3. Contratos de Concessão	21
2.4. Resoluções Autorizativas.....	21
2.5. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	21
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	21
3.1. Novos pronunciamentos CPC.....	21
4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	22
4.1. Análise da sensibilidade.....	22
4.2. Gestão de capital.....	23
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	24
5.1. Caixa e equivalentes de caixa	24
5.2. Clientes.....	24
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
7. CLIENTES.....	25
7.1. Composição do saldo	25
7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber	26
7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)	26
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER.....	27
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado	27
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	28
10. INVESTIMENTO.....	28
10.1. Controlada – Valor patrimonial	28
10.2. Movimentação dos investimentos da Controlada.....	28
10.3. Informações financeiras da Controlada	29
11. IMOBILIZADO.....	29
11.1. Composição	29
11.2. Movimentação do ativo imobilizado	30
12. INTANGÍVEL.....	30
12.1. Composição	30
12.2. Movimentação do ativo intangível	31
13. FORNECEDORES	31
14. PARTES RELACIONADAS	32
14.1. Transações e saldos	32
14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração	33
15. DEBÊNTURES.....	33
15.1. Composição	33
15.2. Vencimento	33
15.3. Movimentação.....	33
15.4. <i>Covenants</i> financeiros	34
15.5. <i>Covenants</i> não financeiros.....	34

15.6. Debêntures – 8ª. emissão de debêntures	34
16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	35
17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	35
18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	35
18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	36
18.2. Contingências possíveis	37
19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)	37
20. ENCARGOS SETORIAIS	38
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
21.1. Capital Social	38
21.2. Reservas de Capital	39
21.3. Reservas de Lucros	39
21.4. Lucros acumulados	39
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	41
23.1. Energia elétrica vendida	41
23.2. Energia elétrica comprada para revenda	42
23.3. Encargos de uso da rede elétrica	42
24. RESULTADO FINANCEIRO	43
25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	44
26. LUCRO POR AÇÃO	44
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	45
27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial	45
27.2. Risco de liquidez	45
28. SEGUROS	46
29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	46
30. COMPROMISSOS	46
30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica	46
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	46
31.1. Despacho Aneel n.º 1.146/2018 – FID II	46
31.2. Atualizações referente a liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)	46
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	48
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	49



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Parapanema Energia S.A. e controlada

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Parapanema Energia S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.




Rio Paranapanema Energia S.A. e controlada


Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2018


Priscilla Lourenço
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais indicadores (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2018	3T2017	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	389.060	382.966	1,6
(-) Deduções à receita operacional	(33.310)	(44.743)	25,6
Receita operacional líquida	355.750	338.223	5,2
(-) Despesas operacionais	(317.939)	(357.610)	11,1
Resultado do serviço	37.811	(19.387)	295,0
Ebitda	89.337	36.932	141,9
Margem ebitda - %	25,1%	10,9%	14,2 pp
Resultado financeiro	(47.895)	(13.046)	-267,1
Resultado operacional	(10.084)	(32.433)	68,9
Prejuízo líquido do período	(7.122)	(21.793)	67,3
Margem líquida - %	-2,0%	-6,4%	4,4 pp
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Prejuízo líquido por lote de mil ações (em reais)	(75,42)	(230,77)	67,3

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,3% da receita operacional líquida, ou R\$ 8,3 milhões (2,5% ou R\$ 8,5 milhões no 3º trimestre de 2017), 2,8% da despesa operacional, ou R\$ 9 milhões (3% ou R\$ 10,9 milhões no 2º trimestre de 2017) 7,3% do prejuízo líquido registrado no trimestre, representando R\$ 0,5 milhões (7,6% ou R\$ 1,6 milhões do prejuízo registrado no 3º trimestre de 2017).

O aumento da receita consolidada é decorrente, principalmente, do reconhecimento do efeito do acordo firmado através do Despacho Aneel nº 1.146/2018 (vide nota explicativa nº 1.5) e também da estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia para o período, visando mitigar a exposição aos efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF) no total do ano.

	Consolidado		% Variação
	30/09/2018	30/09/2017	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.640.851	4.410.825	5,2
Dívidas em moeda nacional	(1.496.219)	(1.462.294)	-2,3
Patrimônio líquido	(1.821.542)	(1.981.628)	-8,1

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2018	3T2017	
Energia comprada para revenda	(174.333)	(211.381)	17,5
Depreciação e amortização	(51.526)	(56.319)	8,5
Encargos de uso da rede elétrica	(31.773)	(30.512)	-4,1
Pessoal	(18.826)	(21.377)	11,9
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(16.465)	(17.714)	7,1
Serviços de terceiros	(11.384)	(13.185)	13,7
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	(5.460)	-	-100,0
Seguros	(2.769)	(2.910)	4,8
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(1.407)	(1.403)	-0,3
Material	(1.246)	(1.401)	11,1
Aluguéis	(660)	(2.121)	68,9
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	2.264	-100,0
Outras	(2.090)	(1.551)	-34,8
	(317.939)	(357.610)	11,1

As despesas operacionais totalizaram R\$ 318 milhões no 3º trimestre de 2018, uma redução de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 357,6 milhões).

Os principais fatores que impactaram na redução líquida das despesas operacionais foram:

- Energia comprada para revenda: redução de R\$ 37 milhões, ou 17,5% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia, visando mitigar a exposição aos efeitos hidrológicos GSF;
- Pessoal: a redução de R\$ 2,5 milhões ou 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente da reestruturação organizacional da Companhia;
- Serviços de Terceiros: a redução de R\$ 1,8 milhões ou 13,7% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente de manutenção e conservação na Usina de Capivara, ocorrida no 3º trimestre de 2017;
- Encargos de uso da rede elétrica: o aumento de R\$ 1,2 milhão ou 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior se deve às atualizações incidentes sobre estes encargos;
- Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais: registro de R\$ 5,4 milhões decorrente de andamento de processos trabalhistas acompanhados por consultores jurídicos externos cuja classificação mudou de possível para provável e da remensuração do valor envolvido.

Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2018	3T2017	
Prejuízo líquido do período	(7.122)	(21.793)	67,3
Imposto de renda e contribuição social	(2.962)	(10.640)	72,2
Resultado financeiro (líquido)	47.895	13.046	267,1
Depreciação e amortização	51.526	56.319	-8,5
Ebitda	89.337	36.932	141,9
<i>Margem Ebitda</i>	<i>25,1%</i>	<i>10,9%</i>	<i>14,2p.p</i>

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, já que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou um aumento de R\$ 52,4 milhões, ou 141,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em razão, principalmente, da redução de R\$ 39,6 milhões, nos custos e despesas operacionais e o aumento de R\$ 17,5 milhões na receita líquida. A margem Ebitda apurada no 3º trimestre de 2018, 25,1%, representa aumento de 14,2 pontos percentuais nos períodos comparados.

Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	3T2018	3T2017	
Receitas	19.092	19.078	0,1
Despesas	(66.987)	(32.124)	-108,5
Resultado financeiro líquido	(47.895)	(13.046)	-267,1

O resultado financeiro líquido apresentado no 3º trimestre de 2018 foi uma despesa de R\$ 47,9 milhões, o que representa um crescimento de 267,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento na base de atualização referente a liminar do GSF (R\$ 544 milhões em 30/09/2018 e R\$ 318 milhões em 30/09/2017), além da variação do índice de correção IGP-M (que apresentou inflação de 2,73% no 3º trimestre de 2018, diante de uma deflação de -0,15% no 3º trimestre de 2017).

Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
				30/09/2018	30/09/2017
4ª	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	-	84.903
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	343.929	330.536
5ª	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/2019	81.502	164.673
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/2021	316.130	303.473
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/2018	-	160.265
7ª	1	Variação CDI + 0,40% a.a.	15/08/2020	220.597	219.286
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% a.a.	15/08/2022	208.361	199.158
8ª	1	Variação 106,75% do CDI ao ano	15/03/2023	159.261	-
8ª	2	Variação IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	166.439	-
				1.496.219	1.462.294

O saldo de debêntures, no 3º trimestre de 2018, é de R\$ 1.496,2 milhões, superior em 2,32% aos R\$ 1.462,2 milhões, ao período comparado.

Esse aumento é resultado principalmente da captação da 8ª. emissão (ocorrida em abril de 2018), somada às apropriações de juros e variação monetária, compensadas pela amortização

da 5ª emissão (série 1), pagamento de juros da 4ª (série 2), 5ª (séries 1 e 2) e 7ª (séries 1 e 2) emissões, além da quitação da 4ª. emissão (série 1) e 6ª. emissão (série única).

Ainda no exercício de 2018, será amortizado o valor de juros relativos à 5ª emissão (série 1).

Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	30/09/2018	30/09/2017	
Debêntures	1.496.219	1.462.294	-2,3
Curto Prazo	202.324	342.436	40,9
Longo Prazo	1.293.895	1.119.858	-15,5
Caixa e equivalentes de caixa	(969.271)	(983.117)	-1,4
Dívida líquida	526.948	479.177	-10,0

A dívida líquida é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa.

O saldo da dívida líquida em comparação com o mesmo período de 2017 aumentou 10% principalmente em decorrência da captação da 8ª emissão de debêntures ocorrida em abril de 2018. A redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no período comparado, ocorreu em função da suspensão da liminar concedida a Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), que beneficiava a Companhia com a prioridade de recebimento na liquidação de energia pela por parte da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia continua reservando em seu caixa, o valor para o possível pagamento da liminar referente ao fator de ajuste de energia (GSF).

Prejuízo líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no 3º trimestre de 2018, prejuízo líquido de R\$ 7,1 milhões, contra o prejuízo de R\$ 21,8 milhões, registrados no mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, o efeito negativo do resultado apurado de sua controlada, no montante de R\$ 0,5 milhões (prejuízo de R\$ 1,7 milhões em 30 de setembro de 2017).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	877.673	899.463	969.271	976.841
Clientes	7	183.107	146.912	186.418	149.874
Tributos a recuperar	8	16.237	14.270	17.761	16.460
Serviços em curso		10.150	10.054	10.150	10.054
Despesas antecipadas		8.431	7.075	8.619	7.173
Devedores diversos		1.400	1.552	1.797	1.927
Partes relacionadas	14.1	600	700	600	700
Outros ativos		102	115	103	115
Total do ativo circulante		1.097.700	1.080.141	1.194.719	1.163.144
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes	7	11.467	-	11.467	-
Tributos a recuperar	8	819	960	2.177	2.286
Tributos diferidos	8	336.107	114.677	336.107	114.677
Depósitos judiciais	9	52.917	51.019	52.965	51.019
Fundos vinculados		467	324	467	324
Despesas antecipadas		2.617	2.814	2.617	2.814
Total do realizável a longo prazo		404.394	169.794	405.800	171.120
Investimentos		239.388	235.397	2	2
Controladas	10	239.386	235.395	-	-
Outros		2	2	2	2
Imobilizado	11	2.845.490	2.970.417	3.009.638	3.140.463
Intangível	12	28.501	31.687	30.740	34.965
Total do ativo não circulante		3.517.773	3.407.295	3.446.180	3.346.550
Total do ativo		4.615.473	4.487.436	4.640.899	4.509.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante					
Fornecedores	13	886.953	659.902	909.748	676.915
Salários e encargos sociais		8.902	13.275	9.049	13.529
Debêntures	15	202.324	360.173	202.324	360.173
Tributos a recolher	8	248.753	309.392	249.641	310.254
Dividendos e juros sobre capital próprio	21.4.2	1.546	189.012	1.546	189.012
Obrigações estimadas		9.758	7.242	9.985	7.408
Cibacap	16	890	890	890	890
Encargos setoriais	20	25.486	24.604	25.493	24.611
Receitas diferidas		1.381	5.565	1.420	5.694
Outros passivos		590	480	1.563	3.329
Total do passivo circulante		1.386.583	1.570.535	1.411.659	1.591.815
Não circulante					
Debêntures	15	1.293.895	1.127.521	1.293.895	1.127.521
Receitas diferidas		24.410	19.831	24.760	20.323
Obrigações especiais	19	1.049	1.385	1.049	1.385
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	18	41.092	33.606	41.092	34.092
Cibacap	16	10.731	9.881	10.731	9.881
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	19.740	17.568	19.740	17.568
Encargos setoriais	20	10.959	7.713	10.959	7.713
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.692	4.947	4.692	4.947
Outros passivos		780	780	780	780
Total do passivo não circulante		1.407.348	1.223.232	1.407.698	1.224.210
Total do passivo		2.793.931	2.793.767	2.819.357	2.816.025
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	21.2	116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros	21.3	157.637	157.022	157.637	157.022
Lucros acumulados	21.4	172.282	-	172.282	-
Ajustes de avaliação patrimonial		668.126	713.150	668.126	713.150
Outros resultados abrangentes		(132.445)	(132.445)	(132.445)	(132.445)
Total do patrimônio líquido		1.821.542	1.693.669	1.821.542	1.693.669
Total do passivo e patrimônio líquido		4.615.473	4.487.436	4.640.899	4.509.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONTROLADORA
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora			
		01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita operacional líquida	22	347.401	955.498	329.737	1.083.214
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.227)	(35.256)	(12.997)	(39.023)
Material		(1.102)	(3.648)	(1.193)	(3.389)
Serviços de terceiros		(6.815)	(19.091)	(7.844)	(16.244)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.386)	(4.157)	(1.383)	(4.148)
Energia comprada para revenda	23.2	(169.387)	(230.696)	(205.332)	(277.970)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(31.620)	(92.698)	(30.392)	(88.537)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(16.465)	(47.597)	(17.714)	(49.270)
Depreciação e amortização (Constituição) / reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	11.2 e 12.2	(48.158)	(150.621)	(53.103)	(159.114)
		(3.900)	(4.064)	-	154
Aluguéis		(42)	(50)	(2)	(4)
Seguros		(2.722)	(8.174)	(2.852)	(8.260)
Outras		(206)	(779)	(187)	(805)
		(294.030)	(596.831)	(332.999)	(646.610)
Resultado bruto		53.371	358.667	(3.262)	436.604
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(6.077)	(16.703)	(7.801)	(33.242)
Material		(21)	(112)	(111)	(484)
Serviços de terceiros		(3.606)	(11.029)	(4.182)	(12.124)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(662)	(2.333)	(517)	(1.435)
Constituição de Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(2.096)	(2.187)	-	(107)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.3	-	-	2.264	2.673
Aluguéis		(575)	(1.711)	(2.039)	(3.750)
Outras		(1.871)	(2.421)	(1.350)	(14.791)
		(14.908)	(36.496)	(13.736)	(63.260)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	(516)	3.991	(1.654)	4.992
Lucro operacional		37.947	326.162	(18.652)	378.336
Resultado financeiro	24				
Receitas		17.667	50.393	17.504	66.789
Despesas		(66.453)	(186.536)	(32.089)	(121.959)
		(48.786)	(136.143)	(14.585)	(55.170)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.839)	190.019	(33.237)	323.166
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		(165.997)	(284.507)	(88.049)	(252.241)
Diferido		169.714	221.746	99.493	144.553
		3.717	(62.761)	11.444	(107.688)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(7.122)	127.258	(21.793)	215.478
(Prejuízo) / lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação PN	26	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação ON	26	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - CONSOLIDADO
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita operacional líquida	22	355.750	980.354	338.223	1.107.922
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.749)	(36.830)	(13.576)	(40.620)
Material		(1.225)	(4.056)	(1.290)	(3.826)
Serviços de terceiros		(7.622)	(21.899)	(8.872)	(19.307)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.407)	(4.219)	(1.403)	(4.210)
Energia comprada para revenda	23.2	(174.333)	(238.613)	(211.381)	(285.570)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(31.773)	(93.161)	(30.512)	(88.899)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(16.465)	(47.597)	(17.714)	(49.270)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(50.854)	(158.736)	(55.793)	(166.945)
(Constituição) / reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais		(3.546)	(3.527)	-	154
Aluguéis		(42)	(184)	(8)	(15)
Seguros		(2.769)	(8.299)	(2.910)	(8.486)
Outras		(210)	(949)	(188)	(852)
		(302.995)	(618.070)	(343.647)	(667.846)
Resultado bruto		52.755	362.284	(5.424)	440.076
(Despesas) / receitas operacionais					
Pessoal		(6.077)	(16.703)	(7.801)	(33.242)
Material		(21)	(112)	(111)	(519)
Serviços de terceiros		(3.762)	(11.029)	(4.313)	(12.546)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(672)	(2.333)	(526)	(1.463)
Constituição de Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(1.914)	(2.187)	-	(107)
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.3	-	-	2.264	2.673
Aluguéis		(618)	(1.711)	(2.113)	(3.975)
Outras		(1.880)	(2.421)	(1.363)	(14.941)
		(14.944)	(36.496)	(13.963)	(64.120)
Lucro operacional		37.811	325.788	(19.387)	375.956
Resultado financeiro	24				
Receitas		19.092	54.429	19.078	71.700
Despesas		(66.987)	(188.031)	(32.124)	(122.060)
		(47.895)	(133.602)	(13.046)	(50.360)
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.084)	192.186	(32.433)	325.596
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		(166.752)	(286.674)	(88.853)	(254.671)
Diferido		169.714	221.746	99.493	144.553
		2.962	(64.928)	10.640	(110.118)
(Prejuízo) / lucro líquido do período		(7.122)	127.258	(21.793)	215.478
(Prejuízo) / lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação PN	26	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181
(Prejuízo) / lucro básico e diluído por ação ON	26	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
(Prejuízo) / Lucro líquido do período	(7.122)	127.258	(21.793)	215.478
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	306	932	499	1.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(104)	(317)	(170)	(506)
	202	615	329	982
Resultado abrangente do período	(6.920)	127.873	(21.464)	216.460

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	839.138	116.804	157.022	-	713.150	(132.445)	1.693.669
Resultado abrangente do período	-	-	-	127.258	-	-	127.258
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	932	932
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	(317)	(317)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	615	-	-	(615)	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	615	127.258	-	-	127.873
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	68.218	(68.218)	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(23.194)	23.194	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	45.024	(45.024)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2018	839.138	116.804	157.637	172.282	668.126	(132.445)	1.821.542

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	839.138	116.804	155.753	-	792.739	(132.446)	1.771.988
Resultado abrangente do período	-	-	-	215.478	-	-	215.478
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.488	1.488
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	(506)	(506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	982	-	-	(982)	-
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	982	215.478	-	-	216.460
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de depreciação de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6.820)	-	(6.820)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	85.636	(85.636)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(29.116)	29.116	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	56.520	(63.340)	-	(6.820)
Saldos em 30 de setembro de 2017	839.138	116.804	156.735	271.998	729.399	(132.446)	1.981.628

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	190.019	323.166	192.186	325.596
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	152.954	160.549	161.069	168.408
(Ganhos) / perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	(194)	22.244	(194)	22.257
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.673)	-	(2.673)
Juros sobre empréstimo CCB	-	10.426	-	10.426
Juros sobre debêntures	79.584	77.767	79.584	77.767
Amortização de custos de transação sobre debêntures	2.142	1.358	2.142	1.358
Variação monetária sobre debêntures	29.754	12.065	29.754	12.065
Constituição / (reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais	6.251	(47)	5.714	(47)
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	1.390	1.265	1.416	1.300
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(3.793)	(3.006)	(3.816)	(3.009)
Variação monetária referente a liminar GSF	63.177	(7.675)	64.624	(7.755)
Variação monetária referente a Cibacap	850	(218)	850	(218)
Equivalência patrimonial	(3.991)	(4.992)	-	-
	328.124	267.063	341.143	279.879
Variações nos ativos				
Clientes	(47.662)	(745)	(48.011)	(1.080)
Devedores diversos	152	(424)	130	(458)
Partes relacionadas	100	(349)	100	(349)
Depósitos judiciais	(222)	-	(222)	-
Serviços em curso	(1.724)	(2.723)	(1.724)	(2.723)
Fundos vinculados	(143)	(162)	(143)	(162)
Despesas antecipadas	(1.159)	(9.503)	(1.249)	(9.664)
Outras variações ativas	13	51	12	-
	(50.645)	(13.855)	(51.107)	(14.436)
Variações nos passivos				
Fornecedores	168.045	219.171	172.380	227.363
Salários e encargos sociais	(4.373)	(8.765)	(4.480)	(8.839)
Impostos, taxas e contribuições	(26.051)	(21.982)	(26.864)	(22.754)
Obrigações estimadas	2.516	2.436	2.577	2.518
Receita diferida	395	9.263	163	9.159
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(37)	(655)	(37)	(655)
Outras variações passivas	6.542	(6.502)	4.666	(3.155)
	147.037	192.966	148.405	203.637
Caixa gerado pelas operações				
	614.535	769.340	630.627	794.676
Juros pagos sobre debêntures	(97.464)	(104.893)	(97.464)	(104.893)
Juros pagos sobre empréstimo CCB	-	(59.654)	-	(59.654)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(320.921)	(200.835)	(321.615)	(203.230)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	196.150	403.958	211.548	426.899
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Recebimento na venda de imobilizado	3.428	517	3.428	517
Adições no ativo imobilizado	(28.337)	(57.294)	(29.515)	(58.233)
Adições no ativo intangível	(74)	(6.491)	(74)	(10.726)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.983)	(63.268)	(26.161)	(68.442)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Valor recebido pela emissão de debêntures	320.000	420.000	320.000	420.000
Custo de transação pela emissão de debêntures	(2.482)	(3.542)	(2.482)	(3.542)
Pagamento de debêntures	(323.009)	(237.984)	(323.009)	(237.984)
Pagamento de empréstimo	-	(181.000)	-	(181.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(187.466)	(225.377)	(187.466)	(225.377)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(192.957)	(227.903)	(192.957)	(227.903)
(Redução) / aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(21.790)	112.787	(7.570)	130.554
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	899.463	798.120	976.841	852.563
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	877.673	910.907	969.271	983.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas				
Vendas de energia	1.060.365	1.213.774	1.086.159	1.239.432
Receitas relativas à construção de ativos próprios	28.337	57.440	29.515	58.378
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	2.673	-	2.673
	1.088.702	1.273.887	1.115.674	1.300.483
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(323.394)	(366.507)	(331.774)	(374.469)
Materiais e serviços de terceiros	(62.217)	(89.682)	(66.611)	(94.578)
Outros custos operacionais	(16.947)	(22.723)	(16.623)	(23.035)
	(402.558)	(478.912)	(415.008)	(492.082)
Valor adicionado bruto	686.144	794.975	700.666	808.401
Depreciação e amortização	(152.954)	(160.549)	(161.069)	(168.408)
Valor adicionado líquido produzido	533.190	634.426	539.597	639.993
Aluguéis	291	300	291	300
Resultado de equivalência patrimonial	3.991	4.992	-	-
Receitas financeiras	50.393	66.789	54.429	71.700
Valor adicionado recebido em transferência	54.675	72.081	54.720	72.000
Valor adicionado total a distribuir	587.865	706.507	594.317	711.993
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	26.916	37.710	27.812	38.564
Benefícios	7.298	9.254	7.623	9.582
FGTS	3.544	5.537	3.616	5.608
Provisão para gratificação (bônus)	-	6.263	(24)	6.312
Participação nos resultados	4.628	2.932	5.644	2.997
Encargos sociais (exceto INSS)	2.560	2.660	1.672	2.717
	44.946	64.356	46.343	65.780
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	222.227	284.151	225.653	287.875
Estaduais	5.077	16.627	5.078	16.629
Municipais	60	182	60	182
	227.364	300.960	230.791	304.686
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	1.761	3.754	1.895	3.990
Juros e amortização de custos sobre debêntures	81.723	79.130	81.723	79.130
Juros sobre empréstimos	-	10.426	-	10.426
Variação monetária sobre debêntures	29.754	12.065	29.754	12.065
Outras despesas financeiras	75.059	20.338	76.553	20.438
	188.297	125.713	189.925	126.049
Outros				
Lucros retidos	172.282	271.998	172.282	271.998
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(45.024)	(56.520)	(45.024)	(56.520)
	127.258	215.478	127.258	215.478
Valor adicionado distribuído	587.865	706.507	594.317	711.993

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.257,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”).

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 288.883 na Controladora e R\$ 216.940 no Consolidado, principalmente em virtude de:

- i. Transferência para o passivo circulante do saldo da 5ª emissão de debêntures, com liquidação prevista para maio de 2019.
- ii. Reconhecimento da atualização monetária (IGPM) dos valores provisionados relacionados às liminares da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A administração analisou toda informação disponível de seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais, que inclusive considera o desembolso de caixa caso a liminar do GSF necessite ser liquidada (no valor de R\$ 655.990 na Controladora e R\$ 663.904 no Consolidado).

1.2. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ao longo dos últimos anos, que vem causando a redução no nível dos reservatórios e aumentando o volume de despacho das usinas termelétricas ao máximo. De acordo com os dados meteorológicos disponíveis, a expectativa é mais um longo período de crise hidrológica.

Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) se manteve em níveis elevados, o que aumentou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF).

Em julho de 2015 a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação com pedido de liminar para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos, a saber:

- i. Despacho fora da ordem de mérito;
- ii. Importação de energia e;
- iii. Redução da carga das distribuidoras.

Em 20 de abril de 2018, a Aneel interpôs pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta nos autos da ação principal que em 30 de abril foi indeferida.

Em paralelo, em 27 de abril a Apine, também interpôs pedido de efeito suspensivo à apelação interposta. E, em 07 de maio, foi deferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo para manter a eficácia da decisão que determinou que a Aneel se abstenha de proceder ao ajuste do Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) em relação às associadas da Apine.

Em 23 de maio, a Aneel ingressou, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com Pedido de Suspensão de Liminar em Segurança para solicitar a extensão dos efeitos da decisão daquela corte na liminar concedida à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

De toda a forma, o resultado da ação ainda é incerto, pois ainda cabem recursos aos tribunais superiores. Assim, não é possível prever o desfecho nas operações futuras da Companhia e sua Controlada.

Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) nº 10.332/18 que trata da privatização das distribuidoras da Eletrobras, recebeu emenda formulada pela Apine, com a proposta de tratamento dos riscos não hidrológicos assumidos pelas usinas hidrelétricas participantes do MRE. Proposta essa de interesse primário da Companhia, no que diz respeito a resolução da questão do risco hidrológico.

O referido PL foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 10 de julho, quando seguiu para o Senado Federal, onde recebeu o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77/2018.

A questão envolvendo o GSF pode ter um desfecho caso a emenda sobre o tema incluída no PL nº 10.332/18, que tramita no Congresso e permite a privatização das distribuidoras da Eletrobras, seja aprovada e bem recebida pelos geradores Hidrelétricos, que, em caso de adesão dos termos, os levará à desistência da ação judicial relativa a esse assunto.

A emenda propõe acordo do saldo represados através da liminar em troca de desistência da ação relativa a esse assunto, que então seguirá o rito do processo.

A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes à liminar do GSF na rubrica “Fornecedores” (vide nota explicativa nº 13).

A atualização referente a esse assunto pode ser verificado na nota explicativa de eventos subsequentes n.º 31.2.

1.3. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE

Em 04 de novembro de 2015, a Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) impetrou mandado de segurança em face da Aneel e da CCEE, visando desonerar suas associadas da imputação de ônus provenientes de quaisquer decisões e ações judiciais de que não façam parte.

No dia 06 de novembro de 2015, foi proferida liminar em favor dos associados da Abraceel, dentre os quais a Companhia e tinha liquidação prioritária ante agentes não favorecidos pelo mecanismo. Durante a vigência da liminar, os créditos apurados em liquidação no Mercado de

Curto Prazo (MCP) na CCEE (depois de expurgados os efeitos dos agentes que possuíam liminar que tratava do Fator GSF e de proteção de terceiros) eram pagos aos agentes abrangidos pelos efeitos da liminar obtida pela Abraceel.

Em 04 de setembro de 2017, foi suspensa a liminar deferida em favor da Abraceel para desonerar os créditos e débitos de seus associados dos efeitos de liminares proferidas em processos de terceiros. Com a suspensão dessa liminar a Companhia deixa de ter o benefício da prioridade na liquidação financeira, e passa a participar igualmente aos outros agentes do rateio da liquidação. Várias estratégias judiciais foram utilizadas para restabelecer os efeitos anteriores, todas sem sucesso até o presente momento.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018.

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018, resultado da revisão ordinária de garantia física de energia. Desta forma, a partir dessa data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Em 6 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e no dia 25 de abril de 2018, a Companhia obteve a liminar suspendendo os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 em relação às UHEs Canoas I e II na parcela que ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão n.º 183/1998.

Em 5 de julho de 2018, com a publicação do Despacho ANEEL nº 1.434/2018, houve o incremento de 2,9 MWm da garantia física da UHE Capivara, devido à homologação dos novos parâmetros de potência instalada e rendimento nominal da turbina da Unidade Geradora nº 1, resultado da conclusão do processo de repotenciação desta unidade.

Como resultado da revisão extraordinária, a nova garantia física total da UHE Capivara passou a ser de 327,2 MWm (anteriormente 324,3 MWm), conforme estabelecido na Portaria nº 178/2017.

1.5. Despacho Aneel nº 1.146/2018 (FID II)

De acordo com o Despacho Aneel nº. 1.146/2018 – Valores Escriturados do Fator de Disponibilidade – FID II, um dos agentes ligados à CCEE propôs acordo para a quitação de seu débito no montante de R\$ 724.808, aos agentes do MCP.

A CCEE decidiu acatar parcialmente a proposta de parcelamento dos débitos desse agente junto aos participantes do MRE, fixando, entre os condicionantes, a apresentação do protocolo de desistência da ação judicial nº. 0033266-70.2015.4.01.3400 e correlatas até 03 de agosto de 2018.

Através da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel) em julho de 2018 algumas das empresas credoras dos valores em questão apresentaram impugnação contra à decisão da CCEE, visando à complementação desta condicionante a fim de incluir a obrigação do agente requerer a desistência de mais uma ação judicial, que também trata do FID II. Tal impugnação foi indeferida pela CCEE e neste momento encontra-se sob análise da Aneel. O desdobramento dessa discussão pode ser verificado na nota explicativa n.º 31.1.

Diante da sua incapacidade financeira de liquidação em única parcela, o valor será liquidado em até 36 parcelas de acordo com a participação de cada credor no montante devido pelo agente.

De acordo com as apurações, o efeito positivo para a Companhia decorrente desse assunto em seu resultado consolidado foi de R\$18.807, cujo o saldo no contas a receber é R\$6.448 no ativo circulante e R\$11.377 no ativo não circulante, líquido da amortização da primeira parcela no montante R\$982.

1.6. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de novembro de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10. As políticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa das demonstrações financeiras anuais.

2.3. Contratos de Concessão

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Controladora	
							Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	635,0	327,2	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.257,3	1.062,6		

Conforme descrito na nota explicativa n.º 1.4, após modernização e repotenciação, os novos parâmetros da Unidade Geradora nº 1 da UHE Capivara foram aprovados pela ANEEL, através do despacho nº 1.434 / 2018, emitido em 05 de julho de 2018.

As outras informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2.13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

2.4. Resoluções Autorizativas

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Controlada	
							Início da Autorização	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

As outras informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

2.5. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.14 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

3.1. Novos pronunciamentos CPC

3.1.1 CPC 47/IFRS 15

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implementação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o cliente;	No contrato é informado o valor por MWm, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	Um dos itens detalhados em contrato é a data de pagamento, já é prevista a data de faturamento, diante do suprimento já feito ao cliente.	Nenhuma

3.1.2 CPC 48/IFRS 9

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante das novas classificações/mensurações, abrangendo todos os ativos e passivos financeiros, não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9

Ativo financeiro	Rio Paranapanema S.A.	Teste SPPI	Efeito de impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de CP, a PLD. Normalmente têm um PMR de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de incumprimento. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foi relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamento das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo sector/SIN cobrem a totalidade do risco de incumprimento pelas distribuidoras, o que, complementado pelo facto de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição actual do sector).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Debentures	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de

sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora						
			30/09/2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%	
Debêntures	Emissão	Indexador							
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(343.929)	(27.721)	(31.143)	(34.565)	(37.987)	(41.409)	
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(81.502)	(3.839)	(5.395)	(6.952)	(8.509)	(10.065)	
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(316.130)	(28.452)	(31.597)	(34.743)	(37.888)	(41.034)	
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(220.597)	(9.309)	(13.523)	(17.736)	(21.949)	(26.163)	
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(208.361)	(16.440)	(18.513)	(20.586)	(22.659)	(24.732)	
	8ª S1	106,75% do CDI a.a.	(159.261)	(6.905)	(9.947)	(12.989)	(16.031)	(19.073)	
	8ª S2	IPCA + 5,50% a.a.	(166.439)	(12.466)	(14.122)	(15.778)	(17.434)	(19.091)	
			(1.496.219)	(105.132)	(124.240)	(143.349)	(162.457)	(181.567)	
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	877.673	33.527	50.291	67.054	83.818	100.580
Total da exposição líquida				(618.546)	(71.605)	(73.949)	(76.295)	(78.639)	(80.987)

Dívida			Consolidado						
			30/09/2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%	
Debêntures	Emissão	Indexador							
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(343.929)	(27.721)	(31.143)	(34.565)	(37.987)	(41.409)	
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(81.502)	(3.839)	(5.395)	(6.952)	(8.509)	(10.065)	
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(316.130)	(28.452)	(31.597)	(34.743)	(37.888)	(41.034)	
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(220.597)	(9.309)	(13.523)	(17.736)	(21.949)	(26.163)	
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(208.361)	(16.440)	(18.513)	(20.586)	(22.659)	(24.732)	
	8ª S1	106,75% do DI a.a.	(159.261)	(6.905)	(9.947)	(12.989)	(16.031)	(19.073)	
	8ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(166.439)	(12.466)	(14.122)	(15.778)	(17.434)	(19.091)	
			(1.496.219)	(105.132)	(124.240)	(143.349)	(162.457)	(181.567)	
Caixa e equivalentes de caixa			CDI	969.271	37.026	55.539	74.052	92.565	111.078
Total da exposição líquida				(526.948)	(68.106)	(68.701)	(69.297)	(69.892)	(70.489)

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,99%	2,99%	3,98%	4,98%	5,97%
CDI	3,82%	5,73%	7,64%	9,55%	11,46%

4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Debêntures (vide nota n.º 15)	1.496.219	1.487.694	1.496.219	1.487.694
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)	(877.673)	(899.463)	(969.271)	(976.841)
Dívida líquida	618.546	588.231	526.948	510.853
Patrimônio líquido	1.821.542	1.693.669	1.821.542	1.693.669
Total do capital	2.440.088	2.281.900	2.348.490	2.204.522

Índice de alavancagem financeira (%)*

25,3 25,8 22,4 23,2

*Dívida líquida / total do capital

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito de caixa e equivalentes de caixa que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa					
Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
B	BR-1	875.485	872.724	966.447	938.151
B	-	2.188	26.736	2.824	38.687
*	*	-	3	-	3
		877.673	899.463	969.271	976.841

* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

5.2. Clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL (ambiente de contratação livre), através dos contratos bilaterais. Para os contratos celebrados no ACR (Ambiente de contratação regulada) não é possível avaliar o crédito dos clientes a ser atendidos, uma vez que qualquer cliente que atenda o edital do leilão, será atendido, independente da sua avaliação de crédito.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno composto possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como:

- 1 - Excelente;
- 2 - Bom;
- 3 - Satisfatório;
- 4 - Regular;
- 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 30 de setembro de 2018, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	Controladora		Consolidado	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	4,3%	4.355	4,2%	4.356
2 - Bom	77,5%	78.996	77,5%	81.089
3 - Satisfatório	15,7%	16.046	15,8%	16.563
4 - Regular	2,5%	2.569	2,5%	2.569
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,00%	101.967	100,00%	104.578

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	262	1.578	351	1.597
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário (CDB)	877.304	897.782	968.626	974.962
Fundo renda fixa	107	103	294	282
	877.673	899.463	969.271	976.841

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

7. CLIENTES

7.1. Composição do saldo

	Controladora					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	101.967	196	102.163	114.686	196	114.882
Contratos de leilão	2.913	-	2.913	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	78.227	11.467	89.694	29.163	-	29.163
	183.107	11.663	194.770	146.912	196	147.108
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(196)	(196)	-	(196)	(196)
	183.107	11.467	194.574	146.912	-	146.912

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	104.578	324	104.902	117.648	324	117.972
Contratos de leilão	2.913	-	2.913	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	78.927	11.467	90.394	29.163	-	29.163
	186.418	11.791	198.209	149.874	324	150.198
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(324)	(324)	-	(324)	(324)
	186.418	11.467	197.885	149.874	-	149.874

Os principais fatores para o aumento no contas a receber da Companhia podem ser explicados principalmente pelo não recebimento da energia liquidada no mercado de curto prazo (MRE/MCP) devido a entrada de liminar de prioridade de recebimento em favor de outros agentes. Parcialmente compensada por uma pequena redução no preço médio faturado nos contratos vigentes ante aos encerrados no último exercício.

O montante de R\$11.467 registrado na rubrica de MRE/MCP como não circulante, decorre do despacho nº. 1.146/18 Aneel, comentado na nota explicativa 1.5.

7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Saldos vencidos	145.466	146.912	148.396	149.874
até 90 dias	49.108	-	49.488	-
de 91 até 365 dias	-	-	-	-
mais de 365 dias	196	196	325	324
	194.770	147.108	198.209	150.198

O montante informado na rubrica com vencimento até 90 dias, referem-se as transações com energia elétrica não recebidos integralmente de empresas participantes do âmbito da CCEE.

7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.877)	(3.005)
Constituição	(33.119)	(33.136)
Reversão	35.792	35.809
Saldo em 30 de setembro de 2017	(204)	(332)
Reversão	9	9
Saldo em 31 de dezembro 2017	(196)	(324)
Constituição/Reversão	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2018	(196)	(324)

A íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017		30/09/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo								
IRPJ e CSLL	9.411	819	8.903	819	10.935	819	11.093	819
PIS e COFINS	6.826	-	5.367	141	6.826	-	5.367	141
INSS	-	-	-	-	-	1.358	-	1.326
	16.237	819	14.270	960	17.761	2.177	16.460	2.286
Passivo								
IRPJ e CSLL	238.205	-	282.920	-	238.951	-	283.628	-
PIS e COFINS	9.945	-	13.300	-	10.060	-	13.424	-
ICMS	288	-	2.021	-	288	-	2.021	-
IRRF sobre JSCP	-	-	10.894	-	-	-	10.894	-
Outros	315	-	257	-	341	-	287	-
	248.753	-	309.392	-	249.640	-	310.254	-
Ativo de imposto diferido								
Diferenças temporárias	-	(596.886)	-	(396.255)	-	(596.886)	-	(396.255)
Benefício fiscal	-	(18.980)	-	(21.189)	-	(18.980)	-	(21.189)
Receita diferida	-	(8.743)	-	(8.610)	-	(8.743)	-	(8.610)
Passivo de imposto diferido								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	275.957	-	299.151	-	275.957	-	299.151
Ajuste atuarial plano de pensão	-	3.687	-	3.370	-	3.687	-	3.370
Mais-valia - Investimento em controlada	-	8.859	-	8.856	-	8.859	-	8.856
Ativo de imposto diferido (líquido)	-	(336.107)	-	(114.677)	-	(336.107)	-	(114.677)

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

A íntegra das informações relacionadas a essas contas está descrita nas notas explicativas n.º 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldo oriundo da incorporação (vide nota n.º 21.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(249.571)	164.713	(84.858)	(82.649)
Saldo no final do exercício	55.835	(36.855)	18.980	21.189

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Amortização do ágio	(6.499)	(7.277)
Reversão da provisão	4.289	4.803
Benefício fiscal	2.209	2.474
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	Controladora e Consolidado						
	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	737	2.630	2.348	2.097	6.367	4.801	18.980

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ambiental	6.488	6.283	6.488	6.283
Trabalhista	-	-	48	-
Fiscal:	11.299	10.715	11.299	10.715
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.644	1.570	1.644	1.570
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	144	138	144	138
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IOF e ISS	9.511	9.007	9.511	9.007
Tusd-g	35.130	34.021	35.130	34.021
	52.917	51.019	52.965	51.019

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões constituídas para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 18, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

10. INVESTIMENTO

10.1. Controlada – Valor patrimonial

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	Valor Patrimonial	
			30/09/2018	31/12/2017
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	398.617.358	99,99%	239.386	235.395

10.2. Movimentação dos investimentos da Controlada

	Controlada
Saldo em 31 de dezembro de 2016	215.216
Equivalência patrimonial	4.992
Saldo em 30 de Setembro de 2017	220.208
Equivalência patrimonial	15.187
Saldo em 31 de dezembro de 2017	235.395
Equivalência patrimonial	3.991
Saldo em 30 de Setembro de 2018	239.386

10.3. Informações financeiras da Controlada

	Controlada	
	30/09/2018	31/12/2017
Ativo total	264.811	257.652
Patrimônio líquido	239.386	235.395
Receita líquida do período / exercício	24.856	32.798
Lucro líquido do período / exercício	3.991	20.178

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	30/09/2018		31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.375.586	(1.420.333)	1.955.253	2.049.142	3,7%
Edificações, obras civis e benfeitorias	456.508	(220.154)	236.354	260.248	7,5%
Máquinas e equipamentos	948.002	(372.884)	575.118	554.031	4,1%
Veículos	6.798	(3.870)	2.928	3.669	13,2%
Móveis e utensílios	1.484	(1.214)	270	299	2,7%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	4.801.568	(2.018.455)	2.783.113	2.880.579	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.658	
Máquinas e equipamentos	60.183	-	60.183	86.190	
Veículos	557	-	557	-	
Móveis e utensílios	1	-	1	355	
	62.377	-	62.377	89.838	
	4.863.945	(2.018.455)	2.845.490	2.970.417	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	523	(986)	(1.039)	
	4.862.436	(2.017.932)	2.844.504	2.969.378	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	30/09/2018		31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.698	-	223.698	223.698	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.610.585	(1.445.853)	2.164.732	2.262.233	3,6%
Edificações, obras civis e benfeitorias	494.795	(224.546)	270.249	294.042	7,1%
Máquinas e equipamentos	1.069.784	(391.986)	677.798	659.448	4,0%
Veículos	6.859	(3.919)	2.940	3.686	13,2%
Móveis e utensílios	1.625	(1.254)	371	400	3,0%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	5.206.671	(2.067.558)	3.139.113	3.242.832	
Em curso					
Terrenos	11.721	-	11.721	10.702	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	2.383	
Máquinas e equipamentos	60.244	-	60.244	86.190	
Veículos	557	-	557	-	
Móveis e utensílios	1	-	1	355	
	73.113	-	73.113	100.219	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	(202.588)	(202.588)	
	5.077.196	(2.067.558)	3.009.638	3.140.463	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	523	(986)	(1.039)	
	5.075.687	(2.067.035)	3.008.652	3.139.424	

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

						Controladora
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/09/2018
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.049.731	-	(94.689)	(675)	1.476	1.955.843
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.906	-	(25.552)	-	-	236.354
Máquinas e equipamentos	640.221	27.368	(28.955)	(2.114)	(1.219)	635.301
Veículos	3.669	935	(674)	(445)	-	3.485
Móveis e utensílios	654	34	(30)	-	(387)	271
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	2.970.417	28.337	(149.900)	(3.234)	(130)	2.845.490
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	53	-	-	(986)
	2.969.378	28.337	(149.847)	(3.234)	(130)	2.844.504

						Consolidado
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/09/2018
Terrenos	234.400	1.049	-	-	(30)	235.419
Reservatórios, barragens e adutoras	2.262.822	-	(98.301)	(675)	1.476	2.165.322
Edificações, obras civis e benfeitorias	296.425	-	(26.176)	-	-	270.249
Máquinas e equipamentos	745.638	27.497	(31.753)	(2.114)	(1.226)	738.042
Veículos	3.686	935	(679)	(445)	-	3.497
Móveis e utensílios	755	34	(37)	-	(380)	372
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.343.051	29.515	(156.946)	(3.234)	(160)	3.212.226
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	3.140.463	29.515	(156.946)	(3.234)	(160)	3.009.638
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	53	-	-	(986)
	3.139.424	29.515	(156.893)	(3.234)	(160)	3.008.652

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 foi de R\$ 68.523 e R\$ 76.036, respectivamente, as demais informações referentes ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

Em relação as adições no período de 2018, a principal variação é relacionada à reforma da Usina de Capivara.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	30/09/2018	31/12/2017	
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
UBP	53.494	(32.677)	20.817	22.205	3,5%
Software	32.993	(25.419)	7.574	9.014	8,1%
<i>Servidão de passagem</i>	75	-	75	75	
	86.562	(58.096)	28.466	31.294	
Em curso					
<i>Software</i>	35	-	35	393	
<i>Servidão de passagem</i>	-	-	-	-	
	35	-	35	393	
	86.597	(58.096)	28.501	31.687	
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(2.208)	2.145	(63)	(346)	
	84.389	(55.951)	28.438	31.341	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
	30/09/2018			31/12/2017	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(32.677)	20.817	22.207	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(2.235)	2.000	3.059	33,3%
Software	33.059	(25.480)	7.579	9.030	8,1%
Servidão de passagem	265	-	265	262	
	91.053	(60.392)	30.661	34.558	
Em curso					
Software	35	-	35	393	
Servidão de passagem	44	-	44	14	
	79	-	79	407	
	91.132	(60.392)	30.740	34.965	
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(2.208)	2.145	(63)	(346)	
	88.924	(58.247)	30.677	34.619	

12.2. Movimentação do ativo intangível

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/09/2018
UBP	22.205	-	(1.388)	-	20.817
Software	9.407	74	(2.002)	130	7.609
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	31.687	74	(3.390)	130	28.501
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(346)	-	283	-	(63)
	31.341	74	(3.107)	130	28.438

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 30/09/2018
UBP	22.207	-	(1.387)	(3)	20.817
Renovação de licença operacional (LO)	3.059	-	(1.059)	-	2.000
Software	9.423	74	(2.013)	130	7.614
Servidão de passagem	276	-	-	33	309
	34.965	74	(4.459)	160	30.740
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 19)	(346)	-	283	-	(63)
	34.619	74	(4.176)	160	30.677

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

13. FORNECEDORES

	Controladora					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	867.837	-	867.837	638.443	-	638.443
Materiais e serviços contratados	5.358	-	5.358	8.797	-	8.797
Encargos de uso da rede elétrica	13.758	19.740	33.498	12.662	17.568	30.230
Tust	12.597	-	12.597	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.130	19.740	20.870	1.114	17.568	18.682
Encargos de conexão	31	-	31	10	-	10
	886.953	19.740	906.693	659.902	17.568	677.470

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	890.097	-	890.097	654.603	-	654.603
Materiais e serviços contratados	5.861	-	5.861	9.609	-	9.609
Encargos de uso da rede elétrica	13.790	19.740	33.530	12.703	17.568	30.271
Tust	12.597	-	12.597	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.162	19.740	20.902	1.155	17.568	18.723
Encargos de conexão	31	-	31	10	-	10
	909.748	19.740	929.488	676.915	17.568	694.483

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 655.990 na Controladora e R\$ 663.904 no Consolidado (R\$ 465.978 e R\$ 470.764 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à Apine, conforme descrito na nota explicativa n.º 1.2 e a liminar de revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas, conforme descrito na nota explicativa n.º 1.4.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando à íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

14. PARTES RELACIONADAS

14.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a Sociedade controladora Rio Paranapanema Participações. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 600 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2017).

A partir de 16 de janeiro de 2018, de acordo com o Despacho Aneel n.º 91, a Companhia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017 e segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016.

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante, em 30 de setembro de 2018, é de R\$ 56.962 e R\$ 1.806 respectivamente (R\$ 144.870 e R\$ 3.629 em 31 de dezembro de 2017). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos e JSCP. O Controlador indireto final é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.327	3.394	1.212	7.152
Benefícios pós-emprego	47	91	43	154
Conselho fiscal	556	826	276	805
	1.930	4.311	1.531	8.111

A redução do valor acumulado é decorrente da reestruturação organizacional da Companhia.

15. DEBÊNTURES

15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado								
				30/09/2018								
				Circulante			Não Circulante					
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total							
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	4.163	4.163	250.000	89.766	339.766			
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.682	1.820	81.502	-	-	-			
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	79.992	30.503	110.495	160.008	45.627	205.635			
7ª	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	1.168	1.168	220.000	(571)	219.429			
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	1.100	1.100	200.001	7.260	207.261			
8ª	1	Variação 106,75% do CDI ao ano	15/03/2023	-	130	130	160.000	(869)	159.131			
8ª	2	Variação IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	-	3.764	3.766	160.000	2.675	162.673			
				159.674	42.648	202.324	1.150.009	143.888	1.293.895			

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado								
				31/12/2017								
				Circulante			Não Circulante					
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total							
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	3.223	86.573	-	-	-			
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.910	8.910	250.000	79.407	329.407			
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	1.028	80.687	79.683	(167)	79.516			
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	12.380	12.380	240.000	58.934	298.934			
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	4.032	164.032	-	-	-			
7ª	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	4.488	4.488	220.000	(1.039)	218.961			
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	3.103	3.103	200.000	703	200.703			
				323.009	37.164	360.173	989.683	137.838	1.127.521			

15.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2019-2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	321.017	319.291	296.467	193.691	81.648	81.781	1.293.895

15.3. Movimentação

	4ª Emissão		5ª Emissão		6ª Emissão	7ª Emissão		8ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	86.573	338.317	160.203	311.314	164.032	223.449	203.806	-	-	1.487.694
Movimentação das debêntures										
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	-	-	160.000	160.000	320.000
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	-	(1.241)	(1.241)	(2.482)
Amortização de custos de transação	78	58	300	214	530	468	281	124	89	2.142
Apropriação de juros	3.156	15.601	6.562	16.085	9.388	11.112	8.977	4.762	3.941	79.584
Apropriação de variação monetária	-	10.301	-	9.526	-	-	6.277	-	3.650	29.754
Pagamento de debêntures	(83.350)	-	(79.659)	-	(160.000)	-	-	-	-	(323.009)
Pagamento de juros	(6.457)	(20.348)	(5.904)	(21.009)	(13.950)	(14.432)	(10.980)	(4.384)	-	(97.464)
	(86.573)	5.612	(78.701)	4.816	(164.032)	(2.852)	4.555	159.261	166.439	8.525
Saldo em 30 de Setembro de 2018	-	343.929	81.502	316.130	-	220.597	208.361	159.261	166.439	1.496.219

15.4. Covenants financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

15.5. Covenants não financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

15.6. Debêntures – 8ª. emissão de debêntures

Em 15 de março de 2018 a Companhia captou R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 8ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As liberações efetivas dos recursos oriundos das primeira e segunda séries ocorreram em 20 de abril de 2018 e não houveram juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos e a segunda é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 07 (sete) anos, totalizando assim 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 (“RD”);
- ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de abril de 2018 (“RCA”);
- iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 18 de janeiro de 2018 e;
- iv. nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2017 (“AGE”) que aprovou proposta apresentada pelo Banco Bradesco S.A.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

- i. principal da segunda parcela de amortização das debêntures da primeira série da quinta emissão da Companhia;
- ii. principal da terceira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da Companhia;
- iii. principal da parcela única de amortização das debêntures da sexta emissão da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Os juros remuneratórios da oitava emissão de debêntures da primeira série correspondem a 106,75% da taxa CDI. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,50% a.a.

16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Circulante	890	890
Não circulante	10.731	9.881
	11.621	10.771

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 24):

Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Custo do serviço corrente	541	1.623	748	2.211
Juros sobre obrigação atuarial	6.425	19.275	6.375	19.125
Rendimento esperado do ativo do plano	(7.182)	(21.545)	(6.867)	(20.601)
Juros sobre a restrição do ativo	731	2.193	466	1.398
	515	1.546	722	2.133

A íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das contingências e suas circunstâncias estão descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 e permanecem válidas para essas ITR, conforme divulgado na nota explicativa n.º 20 daquelas demonstrações financeiras.

18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

18.1.1 Composição

	Controladora			
	30/09/2018			31/12/2017
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	19.666	(2.194)	17.472	10.519
Fiscais	18.314	(839)	17.475	17.168
Cíveis	87	-	87	-
Ambientais	6.225	(167)	6.058	5.919
	44.292	(3.200)	41.092	33.606

	Consolidado			
	30/09/2018			31/12/2017
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	19.666	(2.194)	17.472	11.005
Fiscais	18.314	(839)	17.475	17.168
Cíveis	87	-	87	-
Ambientais	6.225	(167)	6.058	5.919
	44.292	(3.200)	41.092	34.092

18.1.2 Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora				
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.519	17.168	-	5.919	33.606
Contingências					
Provisões do período	7.152	-	87	-	7.239
Reversões do período	(974)	-	-	(14)	(988)
Atualizações de contingências	846	338	-	206	1.390
Acordos / pagamentos do período	(752)	-	-	(53)	(805)
	6.272	338	87	139	6.836
Depósitos judiciais					
Atualizações monetárias	(87)	(31)	-	-	(118)
(Adições)	(29)	-	-	-	(29)
Baixas	797	-	-	-	797
	681	(31)	-	-	650
Saldo em 30 de setembro de 2018	17.472	17.475	87	6.058	41.092

	Consolidado				
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.005	17.168	-	5.919	34.092
Contingências					
Provisões do período	7.152	-	87	-	7.239
Reversões do período	(1.511)	-		(14)	(1.525)
Atualizações de contingências	920	338		206	1.464
Acordos / pagamentos do período	(752)	-		(53)	(805)
	5.809	338	87	139	6.373
Depósitos judiciais					
Atualizações monetárias	(110)	(31)		-	(141)
(Adições)	(29)	-		-	(29)
Baixas	797	-		-	797
	658	(31)	-	-	627
Saldo em 30 de setembro de 2018	17.472	17.475	87	6.058	41.092

A variação no saldo das contingências trabalhistas aumentou R\$ 6,5 milhões, em virtude principalmente, da reavaliação efetuada por consultores jurídicos externos, de processos classificados anteriormente como possível para provável, além da remensuração do valor envolvido.

18.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas	14.650	17.024	15.686	17.268
Fiscais	145.239	141.557	145.239	141.557
Ambientais	28.627	26.431	28.627	26.431
Regulatórias	100.850	97.378	100.850	97.378
Cíveis	5.484	8.487	5.484	8.487
	294.850	290.876	295.886	291.120

As variações do período referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de sentença desfavoráveis no período. As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais.

A íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	509	527
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	477	512
	986	1.039
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - <i>Software</i>	63	346
	1.049	1.385

(*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

20. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.716	-	11.716	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	939	-	939	470	-	470
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.831	10.959	23.790	13.237	7.713	20.950
	25.486	10.959	36.445	24.604	7.713	32.317

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.716	-	11.716	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	946	-	946	477	-	477
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.831	10.959	23.790	13.237	7.713	20.950
	25.493	10.959	36.452	24.611	7.713	32.324

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

Em 30 de setembro de 2018, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 30/09/2018 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	1.004.601	1,60	1.007.401	1,07
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.295.649	3,64	2.589.885	2,74
	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

21.2. Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.1)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	17.196	17.196
	116.804	116.804

21.3. Reservas de Lucros

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Reserva legal	150.471	150.471
Plano de pensão	7.167	6.551
	157.638	157.022

21.4. Lucros acumulados

21.4.1 Composição de lucros acumulados

	Controladora e Consolidado
	30/09/2018
Lucro líquido no período	127.258
Depreciação (custo atribuído)	68.523
Baixas (custo atribuído)	(305)
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(23.194)
	172.282

21.4.2 Composição de dividendos e JSCP a pagar

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Dividendos propostos	-	122.649
Juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)	115	64.874
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.431	1.489
	1.546	189.012

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	308.908	892.805	341.551	996.229
Contratos de leilões	8.573	25.781	8.503	25.871
Mercado de curto prazo - MCP	42.561	94.277	2.348	154.985
Mecanismo de realocação de energia - MRE	20.286	47.502	21.674	36.689
	380.328	1.060.365	374.076	1.213.774
Outras receitas	64	292	77	300
	380.392	1.060.657	374.153	1.214.074
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(28.770)	(90.912)	(35.745)	(104.013)
ICMS	(923)	(4.939)	(5.533)	(16.456)
P&D	(3.298)	(9.308)	(3.138)	(10.391)
	(32.991)	(105.159)	(44.416)	(130.860)
Receita operacional líquida	347.401	955.498	329.737	1.083.214

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	316.876	917.524	350.348	1.021.151
Contratos de leilões	8.573	25.781	8.503	25.871
Mercado de curto prazo - MCP	43.261	95.152	2.364	155.707
Mecanismo de realocação de energia - MRE	20.286	47.702	21.674	36.703
	388.996	1.086.159	382.889	1.239.432
Outras receitas	64	292	77	300
	389.060	1.086.451	382.966	1.239.732
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(29.089)	(91.850)	(36.072)	(104.963)
ICMS	(923)	(4.939)	(5.533)	(16.456)
P&D	(3.298)	(9.308)	(3.138)	(10.391)
	(33.310)	(106.097)	(44.743)	(131.810)
Receita operacional líquida	355.750	980.354	338.223	1.107.922

Os principais fatores para a redução na receita líquida acumulada se devem aos novos preços celebrados nos contratos bilaterais e a redução de energia faturada no mercado de curto prazo (MCP), compensados pelo reconhecimento dos eventos do despacho da Aneel n.º 1.146/2018 (vide nota explicativa n.º 1.5).

A redução na rubrica PIS/COFINS está diretamente atrelada ao faturamento de contratos bilaterais que também sofreram redução no período, principalmente devido ao PIS/COFINS de energia faturada no MCP ter incidência do Regime Especial⁽¹⁾, a redução na linha de ICMS é reflexo de faturamento de contratos bilaterais para unidades consumidoras onde as alíquotas são menores ou mesmo isentas.

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018		01/07/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.859.959	308.908	1.945.395	341.551
Contratos de leilões	42.561	8.573	53.875	8.503
Mercado de curto prazo (MCP)	3.090	42.561	3.787	2.348
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.504.744	20.286	1.981.192	21.674
	3.410.354	380.328	3.984.249	374.076

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/09/2018		01/01/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	5.377.506	892.805	5.676.148	996.229
Contratos de leilões	94.277	25.781	163.918	25.871
Mercado de curto prazo (MCP)	128.462	94.277	728.247	154.985
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.561.885	47.502	3.703.013	36.689
	9.162.131	1.060.365	10.271.326	1.213.774

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018		01/07/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.891.477	316.876	1.981.228	350.348
Contratos de leilões	43.261	8.573	53.875	8.503
Mercado de curto prazo (MCP)	3.336	43.261	3.787	2.364
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.504.744	20.286	1.981.192	21.674
	3.442.818	388.996	4.020.082	382.889

	Consolidado			
	01/01/2018 a 30/09/2018		01/01/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	5.476.859	917.524	5.777.987	1.021.151
Contratos de leilões	95.152	25.781	163.918	25.871
Mercado de curto prazo (MCP)	128.709	95.152	732.188	155.707
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.578.901	47.702	3.704.360	36.703
	9.279.620	1.086.159	10.378.453	1.239.432

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	30/09/2018	30/09/2017	2018	2017
Energia disponível para venda	981	1.031	15,9	16
ACR	25	25	0,0	-
2016 (3 anos)	25	25	0,0	-
ACL	717	755	13,9	15
Contratos bilaterais de venda de energia	814	874	15,0	15
Contratos bilaterais de compra de energia	97	119	1,1	-
Energia livre para contratação	239	250	2,0	0
Percentual de energia contratada	75,6%	75,7%	87,3%	97,2%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018		01/07/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	524.887	158.874	462.840	197.918
Mercado de curto prazo (MCP)	-	10.514	143.445	7.414
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	-	-
	524.887	169.387	606.285	205.332

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/09/2018		01/01/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	721.277	219.184	724.248	269.788
Mercado de curto prazo (MCP)	3.477	11.512	143.445	8.182
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	-	-
	724.755	230.696	867.693	277.970

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018		01/07/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	534.439	163.256	462.840	197.918
Mercado de curto prazo (MCP)	-	10.518	152.582	13.094
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	17.837	558	18.515	369
	552.276	174.333	633.937	211.381

	Consolidado			
	01/01/2018 a 30/09/2018		01/01/2017 a 30/09/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	730.829	223.567	724.248	269.788
Mercado de curto prazo (MCP)	10.157	14.394	148.023	15.101
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	21.052	652	13.655	682
	762.038	238.613	885.926	285.570

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A redução na compra de energia em relação ao mesmo período do ano anterior é devido à estratégia de sazonalização da Garantia Física implementada pela Companhia, visando mitigar os efeitos hidrológicos do GSF.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Tust	28.743	84.092	27.465	79.808
Tusd-g	2.830	8.514	2.904	8.585
Encargos de conexão	46	93	23	144
	31.620	92.698	30.392	88.537

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Tust	28.743	84.092	27.465	79.808
Tusd-g	2.983	8.977	3.024	8.947
Encargos de conexão	46	93	23	144
	31.773	93.161	30.512	88.899

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 25.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas				
Aplicações financeiras	16.244	46.354	12.140	46.937
Variações monetárias	1.284	3.765	5.326	19.398
Depósitos judiciais	1.284	3.765	2.134	6.830
CIBACAP	-	-	73	350
Atualização monetária de referente a liminar GSF	-	-	3.119	12.218
Juros e descontos obtidos	139	274	38	454
	17.667	50.393	17.504	66.789
Despesas				
Juros debêntures	(27.111)	(79.584)	(23.129)	(77.767)
Juros empréstimos	-	-	-	(10.426)
Variações monetárias	(37.077)	(99.777)	(5.827)	(25.308)
Debêntures	(12.796)	(29.754)	(1.228)	(12.065)
Tusd-g	(1.419)	(4.171)	(1.877)	(6.330)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(565)	(1.390)	(527)	(1.642)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(21.841)	(63.177)	(1.932)	(4.543)
Outras	(456)	(1.285)	(263)	(728)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 17)	(515)	(1.546)	(722)	(2.133)
Outras despesas financeiras	(1.750)	(5.629)	(2.411)	(6.325)
	(66.453)	(186.536)	(32.089)	(121.959)
	(48.786)	(136.143)	(14.585)	(55.170)

	Consolidado			
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas				
Aplicações financeiras	17.617	50.229	13.613	51.509
Variações monetárias	1.319	3.877	5.404	19.657
Depósitos judiciais	1.319	3.877	2.174	6.966
CIBACAP	-	-	73	350
Atualização monetária de referente a liminar GSF	-	-	3.157	12.341
Juros e descontos obtidos	156	323	61	534
	19.092	54.429	19.078	71.700
Despesas				
Juros debêntures	(27.111)	(79.584)	(23.129)	(77.767)
Juros empréstimos	-	-	-	(10.426)
Variações monetárias	(37.606)	(101.250)	(5.858)	(25.385)
Debêntures	(12.796)	(29.754)	(1.228)	(12.065)
Tusd-g	(1.419)	(4.171)	(1.877)	(6.330)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(565)	(1.416)	(537)	(1.676)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(22.370)	(64.624)	(1.953)	(4.586)
Outras	(456)	(1.285)	(263)	(728)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 17)	(515)	(1.546)	(722)	(2.133)
Outras despesas financeiras	(1.755)	(5.651)	(2.415)	(6.349)
	(66.987)	(188.031)	(32.124)	(122.060)
	(47.895)	(133.602)	(13.046)	(50.360)

25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	30/09/2018			30/09/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	190.019			323.166		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	47.505	17.102	64.607	80.792	29.085	109.877
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.695)	55	(1.640)	(1.695)	55	(1.640)
Despesas indedutíveis	926	271	1.197	1.094	155	1.249
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(8)	(3)	(11)	177	64	241
Equivalência de controladas	(998)	(359)	(1.357)	(1.477)	(532)	(2.009)
Outros	(35)	-	(35)	(74)	44	(30)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	45.695	17.066	62.761	78.817	28.871	107.688
IRPJ e CSLL correntes	208.744	75.763	284.507	185.106	67.135	252.241
IRPJ e CSLL diferidos	(163.049)	(58.697)	(221.746)	(106.289)	(38.264)	(144.553)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	45.695	17.066	62.761	78.817	28.871	107.688
Alíquota efetiva	24,0%	9,0%	33,0%	24,4%	8,9%	33,3%

	Consolidado					
	30/09/2018			30/09/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	192.186			325.596		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	48.047	17.297	65.344	81.399	29.304	110.703
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(1.695)	55	(1.640)	(1.695)	55	(1.640)
Despesas indedutíveis	926	271	1.197	1.094	155	1.249
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(8)	(3)	(11)	177	64	241
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	968	462	1.430	1.106	498	1.604
Outros	(1.033)	(359)	(1.392)	(1.551)	(532)	(2.083)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	47.205	17.723	64.928	80.530	29.544	110.074
IRPJ e CSLL correntes	210.254	76.420	286.674	186.820	67.852	254.672
IRPJ e CSLL diferidos	(163.049)	(58.697)	(221.746)	(106.290)	(38.264)	(144.554)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	47.205	17.723	64.928	80.530	29.588	110.118
Alíquota efetiva	24,6%	9,2%	33,8%	24,7%	9,1%	33,8%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Preferenciais	(4.748)	84.839	(14.528)	143.652
Ordinários	(2.374)	42.419	(7.265)	71.826
	(7.122)	127.258	(21.793)	215.478
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478	31.478	31.478
	94.433	94.433	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação				
Preferenciais	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181
Ordinários	(0,07542)	1,34760	(0,23077)	2,28181

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 29 daquelas demonstrações financeiras.

27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do Valor Justo	30/09/2018		31/12/2017	
			Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 1	969.271	969.271	976.841	976.841
Clientes	Custo amortizado	Nível 1	186.418	186.418	149.874	149.874
			1.155.689	1.155.689	1.126.715	1.126.715
Passivos						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	909.748	909.748	676.915	676.915
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.546	1.546	189.012	189.012
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	36.452	36.452	32.324	32.324
Debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.496.219	1.499.953	1.487.694	1.503.699
			2.443.965	2.447.699	2.385.945	2.401.950

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2017 e no período de nove meses, findos em 30 de setembro de 2018. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

27.2. Risco de liquidez

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado					Total
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	-	21.450	22.397	444.987	488.834
5ª	1	Variação CDI + 0,89 % ao ano	2.918	-	82.648	-	-	85.566
5ª	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	-	-	128.722	115.906	134.544	379.172
7ª	1	Variação CDI + 0,40 % ao ano	-	-	15.282	238.014	-	253.296
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	-	12.516	13.072	257.967	283.555
8ª	1	Variação 106,75% do DI	-	-	11.394	13.184	186.314	210.892
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	-	-	8.294	9.540	254.481	272.316
			2.918	-	280.306	412.113	1.278.293	1.973.631

28. SEGUROS

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares	
	Vigência 04/08/2018 à 04/08/2019	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018
Risco operacional	2.000.000	2.000.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000
Lucro cessante	1.137.596	1.137.596

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 30 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Dividendos e JSCP propostos	-	316.649
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	45.024	72.768
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	615	1.269
Imposto diferido sobre plano de pensão	317	654

30. COMPROMISSOS

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Despacho Aneel n.º 1.146/2018 – FID II

Conforme descrito na nota explicativa 1.5, a Aneel estava analisando o pedido da Abragel que solicitava a impugnação contra a decisão da CCEE, visando a complementação da desistência de mais uma ação judicial referente ao FID II.

Em 09 de outubro de 2018 a Aneel negou provimento ao pedido de impugnação interposto pela Abragel em face da decisão emitida pela CCEE.

31.2. Atualizações referente a liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

Em 16 de outubro de 2018 o Senado Federal rejeitou por maioria o projeto de lei da Câmara que tinha como objeto principal a privatização das distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras (PLC 77/18), e que daria o devido tratamento aos riscos não hidrológicos assumidos pelas hidrelétricas participantes do MRE.

Em 22 de outubro, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, acatou o pedido da Aneel para suspender a liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) na ação movida por alguns geradores de energia filiados à Apine, dentre os quais a Companhia, cujo objeto é a proteção dos efeitos do risco hidrológico na liquidação do MCP. Esta decisão não abarcou os valores de GSF retidos desde julho de 2015 a fevereiro de 2018. No entanto, a decisão não esclareceu se o pagamento deveria ocorrer a partir de fevereiro de 2018, quando foram restabelecidos os efeitos da liminar anteriormente dada à Apine ou, a

partir da prolação da decisão, ou seja, Outubro 2018. Por essa razão, em 31 de outubro, a Apine protocolou Embargos de Declaração os quais não foram providos, contra a decisão do Ministro Noronha com o objetivo de ter esclarecido o prazo sobre o qual referida decisão passou a produzir efeitos. Como consequência a CCEE realizou a liquidação, levando-se em consideração os valores a partir de fevereiro de 2018.

A administração informa que essa decisão não produz efeitos em suas informações contábeis uma vez que todas as medições apuradas a partir desta liminar eram registrados para controle e provisionadas para fim de demonstração financeira.

Em paralelo, um recente acordo entre líderes no Senado permitiu inserir emenda com proposta de solução para o débito do GSF em um Projeto de Lei já em andamento no Senado (PLS 209/2015), o qual fora aprovado na Comissão de Infraestrutura da Câmara em 31 de outubro de 2018 e neste momento aguarda votação no Plenário do Senado.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.**

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81

NIRE 35.300.170.563

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.06.2018 e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2018.”

São Paulo, 12 de novembro de 2018.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho*Diretor Executivo de Relações com Investidores*

Rio Paranapanema Energia S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Mônica Louise Luling Caldana
Membro Efetivo

Altair Carrer
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Yinsheng Li
Diretor Executivo Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo Financeiro, Administrativo e de Informática
e Diretor Executivo de Relações com Investidores

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios, Planejamento Energético e
Pesquisa e Desenvolvimento

Vitor Hugo Lazzareschi
Diretor Executivo Comercial

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0